



PicPay Instituição de Pagamento S.A.
Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2024

A PicPay Instituição de Pagamento S.A., tem o prazer de divulgar as suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A PicPay é uma Companhia privada, constituída em 10 de julho de 2015, com sede na cidade de São Paulo. Atua como uma instituição de arranjos de pagamento, onde o cliente possui uma conta de pagamento pré ou pós-paga e permite fazer compras e transferências entre pessoas e negócios. A Companhia começou com a missão de democratizar pagamentos do dia a dia no Brasil, conectando pessoas que precisavam transferir dinheiro, sendo pioneiros na oferta de transações P2P (pessoa para pessoa) 24 horas por dia e 7 dias por semana, adicionando recursos sociais para criar mais engajamento e interação entre usuários e pagamentos/checkouts via QR-Code para lojistas em uma experiência única, 100% digital, integrada e móvel.

Ao longo do tempo, expandimos o ecossistema com o lançamento de novos produtos e serviços, que abrangem desde pagamentos do dia a dia na carteira digital, como P2P, Pix e pagamentos de contas, investimentos, serviços financeiros, e-commerce, soluções de pagamentos para negócios, entre outros, proporcionando uma experiência única de one-stop-shop para atender as necessidades financeiras diárias dos nossos clientes e negócios.

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação do PicPay como uma das maiores instituições financeiras do país. Encerramos o ano com mais de 60 milhões de clientes, um crescimento de 14% se comparado ao ano de 2023, nos posicionando como a 7ª maior instituição financeira do Brasil em número de clientes totais, de acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central. Além disso, a nossa base de clientes ativos (considerando clientes que abriram o aplicativo, realizaram alguma transação financeira ou geraram receita) apresentou crescimento de 12% ano contra ano, fechando 2024 em aproximadamente 39 milhões.

O crescimento da base de clientes, combinado ao lançamento de produtos e *features* que buscam diferenciar o PicPay como um app que oferece a melhor experiência transacional do mercado para seus clientes, possibilitou a quebra de novos recordes em 2024 em termos de volume financeiro transacional. No ano, o TPV total do PicPay atingiu R\$421 bilhões, um crescimento de 55% se comparado ao volume apresentado no ano anterior. Este crescimento foi impulsionado pela carteira digital, que encerrou o ano com um TPV de R\$372 bilhões, um crescimento de 58% em relação a 2023, alavancado pelo aumento do volume das transações via Pix. Vale ressaltar que temos um posicionamento diferenciado em termos de quantidade de transações via Pix realizadas dentro do sistema financeiro brasileiro, com uma cobertura de mercado de cerca de 11% (considerando transações que se iniciam ou terminam em uma conta do PicPay). Adicionalmente, o PicPay possui mais de 77 milhões de chaves Pix cadastradas em sua plataforma.

Ao longo do ano, focamos em uma série de inovações pensando na melhoria da experiência do usuário. Dentre elas, podemos destacar que os clientes do PicPay foram um dos primeiros do mercado a terem o Pix integrado no Google Wallet através do Open Finance. Além disso, lançamos o Assistente PicPay, que permite aos clientes realizarem transações via Pix no WhatsApp com auxílio de inteligência artificial generativa. Podemos destacar também o lançamento do Modo Seguro, plataforma dentro do PicPay que permite aos clientes ocultar saldos e produtos de investimentos, até mesmo de contas conectadas via Open Finance.

Olhando para os demais serviços financeiros oferecidos em nossa plataforma, grande parte do crescimento apresentado pela companhia ao longo do ano é devido ao sucesso de suas operações de crédito, cuja performance foi um fator fundamental para a alavancagem dos nossos resultados e diversificação do nosso mix de receitas. Seguimos crescendo a nossa carteira de crédito focados em uma estratégia de concessão de crédito com base na análise comportamental de nossa base de clientes, apoiados pela robustez transacional de nossa carteira digital e o nosso posicionamento como o segundo maior receptor em termos de consentimentos ativos em Open Finance no Brasil, fatores que nos permitem uma coleta massiva de informações que são primordiais para a tomada de decisão durante a concessão de novos empréstimos e aumentos de limite de crédito, nos possibilitando uma gestão de riscos mais assertiva de nossa carteira de ativos. Encerramos 2024 com uma carteira de crédito bruta total de R\$10,6 bilhões, dos quais 66% são oriundos de produtos sem garantia (empréstimo pessoal e cartões de crédito) e os 34% remanescentes relacionados a produtos com garantia (cartões de crédito com limite garantido, antecipação do saque aniversário do FGTS e empréstimo consignado para servidores públicos e aposentados/pensionistas do INSS).

Aliado ao crescimento das operações supracitadas, seguimos apresentamos um aumento expressivo dos depósitos dentro e fora da nossa plataforma. Os depósitos totalizaram R\$20 bilhões em 2024, um crescimento de 53% versus o ano anterior. Vale destacar que a partir da metade de 2024, passamos a oferecer CDBs em canais de terceiros. Somado a isso, continuamos a observar um crescimento importante dos saldos dos nossos clientes em cofrinhos, que atingiram R\$6,4 bilhões em 2024, mais que o dobro se comparados ao ano anterior, com mais de 15 milhões de cofrinhos criados contemplando diversos objetivos (aquisição de casas e veículos, viagens, estudos, dentre muitos outros).

É importante mencionar que o crescimento dos depósitos também é fruto de um aumento significativo do fluxo de novos recursos destinados pelos nossos clientes na carteira digital. O volume de "cash-in" totalizou R\$378 bilhões em 2024, um crescimento de 58% em relação a 2023. O crescimento destes volume reflete uma base de clientes cada vez mais engajada e que seleciona o PicPay como a sua principal plataforma financeira.

Quanto às operações voltadas para o atendimento de clientes PJ, destacamos no ano o lançamento das nossas maquininhas de cartões de crédito e início das operações no arranjo aberto. Encerramos o ano de 2024 com um TPV total de R\$39 bilhões, representando um crescimento de 33% se comparado ao volume observado no ano anterior. Nossas ofertas de aquisição envolvem uma ampla gama de soluções para pequenas e médias empresas, tais como QR Code, Pix, e-commerce e maquininhas de cartão (incluindo Smart PoS).

A PicPay IP fechou o ano de 2024 com uma receita total (soma de rendas de intermediação financeira, receitas de prestação de serviços e outras receitas) de R\$3,4 bilhões, crescimento de 44% em comparação a 2023. Quanto ao lucro líquido, a companhia registrou R\$179 milhões em 2024, resultado maior em quase 117 vezes se comparado ao ano anterior.

São Paulo, 31 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

PicPay Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PicPay Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PicPay Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas operacionais decorrentes da prestação de serviços com meios de pagamentos

Veja a Nota 3.21 e 19 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Instituição reconhece receitas operacionais decorrentes da prestação de serviços de intermediação de transações de pagamentos realizadas, pelos titulares de cartões de crédito e débito, via plataforma eletrônica da Instituição.

Em razão da relevância dos saldos do processo de reconhecimento de receitas operacionais relacionadas a prestação de serviços de intermediação de transações de pagamentos e o esforço e complexidade na realização de procedimentos de auditoria e na avaliação das evidências de auditoria considerando o alto volume e natureza dos dados, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Entendimento do processo e teste do desenho e implementação dos controles internos considerados relevantes para o processo de reconhecimento das receitas;
- (ii) Teste de integridade dos relatórios utilizados para reconhecimento da receita, por meio de: (a) para os processadores externos, obtenção e análise dos relatórios ISAE SOC Tipo 2; (b) para os sistemas internos, conciliação dos relatórios internos com as informações provenientes de outros participantes externos do arranjo de pagamento; e conciliação com os respectivos saldos contábeis;
- (iii) Realização, em uma base amostral, de teste da existência e precisão matemática das receitas reconhecidas, testando a precisão das porcentagens aplicadas para essas transações selecionadas de acordo com os termos contratuais;
- (iv) Recálculo global das receitas reconhecidas, utilizando os volumes transacionais provenientes dos relatórios operacionais de outros participantes externos do arranjo de pagamento da Instituição, bem como, os percentuais pactuados nos termos contratuais da plataforma eletrônica da Instituição; e
- (v) Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os valores apresentados nas rubricas de “Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos” e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.



Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	5	301.313	251.684
Ativos financeiros		6.595.362	5.425.641
Instrumentos financeiros		6.595.362	5.425.641
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6a	467.391	140.255
Títulos e valores mobiliários	6b	397.886	1.167.585
Relações interfinanceiras	7	5.563.530	3.852.134
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	7	(400)	(4)
Outros instrumentos financeiros	8	166.955	265.671
Outros ativos	9	122.679	107.889
Ativos fiscais		814.495	517.357
Ativos fiscais correntes	10a	790.452	470.319
Ativos fiscais diferidos	10b	24.043	47.038
Investimentos		291.256	261.614
Investimentos em controlada	11a	248.745	197.848
Ágio em investimento em controlada	11c	42.511	63.766
Imobilizado de uso	12	73.420	28.868
Imobilizado		121.778	64.090
Depreciação acumulada		(48.358)	(35.222)
Intangível	13	728.557	565.419
Ativos intangíveis		1.156.340	775.873
Amortização acumulada		(427.783)	(210.454)
Total do ativo		8.927.082	7.158.472
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros	14	6.781.536	5.380.282
Contas de pagamento pré-pagas		983.101	762.651
Relações interfinanceiras		35.150	287.745
Obrigações por operações vinculadas a cessões		2.614.479	2.603.676
Obrigações por empréstimos e repasses		2.915.879	1.535.720
Outros passivos financeiros		232.927	190.490
Outros passivos	15	889.620	699.589
Provisões	16	15.357	8.076
Total do passivo		7.686.513	6.087.947
Patrimônio líquido		1.240.569	1.070.525
Capital social	17	3.359.504	3.359.504
Reserva de capital	17d	27.000	27.000
Outros resultados abrangentes		-	(74)
Prejuízos acumulados		(2.145.935)	(2.315.905)
Total do passivo e patrimônio líquido		8.927.082	7.158.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de intermediação financeira		613.879	599.043	1.195.383	1.183.453
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	6c	613.879	599.043	1.195.383	1.183.453
Despesas de intermediação financeira		(132.963)	(74.977)	(220.231)	(133.404)
Juros de empréstimos e repasses		(132.963)	(74.977)	(220.231)	(133.404)
Resultado bruto da intermediação financeira		480.916	524.066	975.152	1.050.049
Receitas / (despesas) operacionais		(683.930)	(423.367)	(1.425.213)	(917.697)
Receitas de prestação de serviços	19	674.403	593.088	1.188.720	1.075.180
Despesas de pessoal	20	(334.198)	(342.162)	(674.643)	(640.686)
Outras despesas administrativas	21	(749.068)	(585.321)	(1.391.716)	(1.027.992)
Despesas tributárias	22	(114.314)	(68.530)	(207.344)	(154.551)
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	23	-	(1.561)	-	(20.093)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	24	(147.055)	(109.333)	(272.396)	(197.579)
Resultado de participação de coligadas e controladas	11	21.358	82.116	(14.769)	59.445
Outras despesas operacionais	25	(35.056)	8.336	(53.065)	(11.421)
Resultado operacional		(203.014)	100.699	(450.061)	132.352
Outras receitas / (despesas)					
Outras receitas	26	606.791	55.246	886.445	63.945
Outras despesas	26	(7.663)	(8.312)	(13.387)	(12.327)
Resultado antes dos tributos e participações		396.114	147.633	422.997	183.970
Ativo fiscal diferido		(26.422)	(3.428)	(26.422)	(3.428)
Provisão para Imposto de renda e contribuição social corrente		(59.587)	(7.833)	(59.587)	(7.833)
Participação no lucro		(99.713)	(129.972)	(167.018)	(171.181)
Resultado líquido		210.392	6.400	169.970	1.528
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		85.208.660	85.208.660	85.208.660	85.208.660
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$	17c	2,47	0,08	1,99	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido	210.392	6.400	169.970	1.528
Outros resultados abrangentes (ORA)				
- Item que pode ser subsequentemente reclassificado para o resultado				
Ajuste ao valor justo de títulos disponíveis para venda	-	15	74	191
Resultado abrangente total	210.392	6.415	170.044	1.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Capital Social	Capital Social (em aprovação)	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2023		3.359.504	-	26.637	(89)	(2.322.305)	1.063.747
Ajuste ao valor justo		-	-	-	15	-	15
Aprovação de aumento capital social	17a	-	-	363	-	-	363
Resultado líquido		-	-	-	-	6.400	6.400
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.359.504	-	27.000	(74)	(2.315.905)	1.070.525
Mutações do período		-	-	363	15	6.400	6.778
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.209.504	150.000	23.262	(265)	(2.317.433)	1.065.068
Ajuste ao valor justo		-	-	-	191	-	191
Aprovação de aumento capital social	17a	150.000	(150.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	17d	-	-	3.738	-	-	3.738
Resultado líquido		-	-	-	-	1.528	1.528
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.359.504	-	27.000	(74)	(2.315.905)	1.070.525
Mutações do período		150.000	(150.000)	3.738	191	1.528	5.457
Saldo em 30 de junho de 2024		3.359.504	-	27.000	-	(2.356.328)	1.030.176
Lucro do semestre		-	-	-	-	210.392	210.392
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.359.504	-	27.000	-	(2.145.936)	1.240.568
Mutações do período		-	-	-	-	210.392	210.392
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.359.504	-	27.000	(74)	(2.315.905)	1.070.525
Ajuste ao valor justo		-	-	-	74	-	74
Lucro do exercício		-	-	-	-	169.970	169.970
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.359.504	-	27.000	-	(2.145.935)	1.240.569
Mutações do período		-	-	-	74	169.970	170.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido		210.392	6.400	169.970	1.528
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Transações com partes relacionadas		-	1.035	-	10.660
Provisões encargos trabalhistas		(17.605)	(15.787)	1.806	11.615
Depreciação/amortização	12/13	128.469	98.929	230.464	137.401
Provisão para contingências	16	11.531	5.193	17.188	9.860
Provisão chargeback	7	722	(9.016)	2.903	(3.274)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		397	-	400	17
Baixa de ativo imobilizado	12	-	2.592	-	2.592
Juros sobre empréstimos		28.994	17.921	55.883	42.431
Resultado de participação de controlada	11a	(21.358)	(82.116)	14.769	(59.445)
Ativos fiscais diferidos	11b	(6.364)	-	(6.364)	-
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		(42.024)	(28.568)	(88.974)	(28.532)
Amortização de ágio em investimento em controlada		10.628	10.628	21.255	21.255
TOTAL AJUSTE DE RECONCILIAÇÃO		303.782	7.211	419.300	146.108
Aumento/redução dos ativos e passivos operacionais					
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(42.462)	(140.255)	(327.136)	(140.255)
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		771.350	(90.080)	858.747	889.055
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras a receber		(199.201)	595.669	317.386	619.164
Redução / (aumento) em outros ativos financeiros		46.874	(145.980)	98.716	(17.641)
(Aumento) em ativos tributários correntes		(152.122)	(89.323)	(290.774)	(276.204)
(Aumento) / redução em outros ativos		18.959	(20.520)	(14.782)	(42.461)
(Aumento) / redução em depósitos		63.332	208.647	220.450	(84.357)
(Redução) em relações interfinanceiras a pagar		11.110	176.520	(252.595)	102.611
(Redução) em outras obrigações		155.992	281.958	231.588	69.524
(Redução) em pagamento de contingências	16	(5.217)	(3.677)	(9.907)	(6.102)
Juros pagos		(801.819)	(716.192)	(1.463.811)	(1.411.476)
FLUXO DE CAIXA GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(133.204)	56.767	(632.118)	(298.142)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado de uso	12	(37.123)	(7.679)	(57.687)	(9.504)
Alienação de imobilizado de uso	12	-	2.592	-	2.592
Aquisição de intangível	13	(207.224)	(234.724)	(380.466)	(395.581)
(Aquisição) de investimentos em participações em controladas		-	-	-	(27.405)
Recebimento de caixa de participações em controladas		-	-	-	486
(Aumento) de investimentos em participações em controladas		(3.441)	(59.500)	(65.675)	(90.500)
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(247.788)	(299.311)	(503.828)	(519.912)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos		629.987	506.930	1.488.196	1.273.482
Valores pagos de principal de operações vinculadas a cessões		(4.438.743)	(4.253.137)	(8.625.535)	(8.398.144)
Valores recebidos de operações vinculadas a cessões		4.646.114	4.165.902	8.656.847	8.253.785
FLUXO DE CAIXA GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		837.358	419.695	1.519.508	1.129.123
Aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício		522.024	261.044	479.310	22.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício		1.282.172	445.406	1.282.172	479.310
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		760.148	184.362	802.862	457.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A PicPay Instituição de Pagamento S.A. ("PicPay" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, com sede na Avenida Manuel Bandeira, nº 291, condomínio Atlas Office Park, bloco A, 1º andar na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

A Companhia atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário possui conta de pagamento pré-paga, para efetuar compra e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional. Em seus arranjos de pagamento, a Companhia também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamento por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pagamentos pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pagamentos pós-pagas. Para ampliar a oferta de produtos financeiros aos usuários finais, a Companhia celebrou contrato para atuar como correspondente do Banco Original S.A. ("Banco Original"), do PicPay Bank - Banco Múltiplo S.A. (PicPay Bank) e de outras instituições financeiras no país, viabilizando a liquidação de boletos, aquisição de empréstimos e a oferta de cartões de crédito do seu próprio arranjo de pagamentos (PicPay Card) para seus clientes.

A PicPay também ampliou a sua atividade de intermediação de negócios em geral, incluindo novos bens digitais em seu *marketplace*, tais como créditos em jogos, recargas de celulares, bilhetes de transporte entre outros.

Em 23 de Janeiro de 2023, a PicPay adquiriu 100% do capital social da PicPay Invest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("PicPay Invest") (anteriormente denominada Liga Invest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) ("Liga Invest") por R\$ 27.395 totalmente pago em dinheiro, passando a deter seu controle. A PicPay Invest é uma corretora de valores mobiliários. Esta transação ocorreu entre entidades com controle comum sendo a operação realizada a valor de livros.

A Companhia adquiriu 100% do capital social da BX Negócios Inteligentes Ltda. ("BX Blue") a partir da data de 02 de fevereiro de 2023. Nessa data, sua subsidiária Guibolso adquiriu 100% das ações da BX Blue por R\$ 9.500, que foram liquidadas em dinheiro, obtendo o controle da empresa. A alocação do preço de compra (PPA) resultou em um ágio reconhecido de R\$ 5.275. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos e dos passivos assumidos nesta combinação de negócios foi de R\$ 6.093, incluindo os seguintes ativos intangíveis identificados separadamente: software com valor justo de R\$ 5.194 e carteira de clientes com valor justo de R\$ 697, ambos avaliados utilizando o método de renda e uma vida útil estimada de 5 anos. Além disso, os ativos adquiridos compreendem R\$ 1.554 em caixa e equivalentes de caixa, R\$ 1.931 em contas a receber e R\$ 946 em outras classes de ativos (impostos recuperáveis e outros). Os passivos assumidos compreendem R\$ 2.738 em obrigações trabalhistas e R\$ 1.490 em outras classes de passivos (fornecedores, impostos a pagar, empréstimos e outros). Uma consideração contingente é contabilizada a valor justo no montante de R\$ 1.869 em fornecedores.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com os pronunciamentos aprovados pelo BACEN, mencionados abaixo. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, descritas na Nota 4. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações aprovado pela Resolução BCB nº 8/2020;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução BCB nº 9/2020;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução BCB nº 59/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação aprovado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 47 - Receita de contrato com o cliente aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros:

• Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros possuirão novas regras contábeis com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023. Os requerimentos entrarão substancialmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 definindo critérios aplicáveis a instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Entre outros aspectos, a norma trata da classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros. A seguir, destacam-se os principais impactos das normas:

- **Classificação e Mensuração:** As instituições deverão reavaliar a classificação dos instrumentos financeiros de acordo com os novos critérios estabelecidos pela norma, o que poderá afetar a forma como esses instrumentos são mensurados no balanço patrimonial.
- **Apuração de Perdas Esperadas:** A norma introduz um modelo mais robusto para apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, exigindo maior rigor na avaliação da qualidade creditícia dos ativos.
- **Divulgação:** Haverá uma ampliação nas exigências de divulgação sobre os instrumentos financeiros, incluindo informações detalhadas sobre a exposição ao risco de crédito e as metodologias utilizadas para mensuração das perdas esperadas.

Maiores detalhes dos principais impactos das normas estão apresentados a seguir:

Classificação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão desses ativos e nas características contratuais dos fluxos de caixa, nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ).
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ), quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado, ou, em algumas exceções (como derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Ao comparar as classificações e mensurações entre o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes introduzidas pela Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023, baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia concluiu que a instituição não possui impacto material para fins de dedutibilidade do estoque da base fiscal, haja vista que em sua maioria não derivam de ativos de crédito e ou com característica de concessão de crédito inadimplentes.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria na reunião realizada em 31 de março de 2025.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

3.1 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Não há transações significativas realizadas em moeda estrangeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio ou outros fins.

3.4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº. 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no curto prazo, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor justo;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As perdas permanentes com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e compõem a base de custo do ativo.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, conforme as diretrizes estabelecidas pela PicPay, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

3.5 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.6 Relações interfinanceiras

No ativo os valores são representados principalmente pelos valores a receber de credenciadores (adquirentes) e emissores de cartões de crédito relativos a transações de pagamento. São os recebíveis repassados à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do PicPay e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

Recebíveis de cartões de débito são liquidados em 1 dia e o contas a receber de transações de cartões de crédito à vista são liquidados em até 32 dias. Recebíveis decorrentes de pagamentos parcelados em cartões de crédito são geralmente:

- (i) cedidos para o FIDC por meio de um acordo de repasse em que a PicPay é devedora; ou
- (ii) adiantado pelas adquirentes, pelo Banco Original e pelo PicPay Bank.

Quando os recebíveis são adiantados ou cedidos sem coobrigação são desconhecidos. Porém, quando são transferidos para o FIDC pelo acordo de repasse, eles não são desconhecidos porque a PicPay retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis. Os valores são líquidos de provisões para risco de crédito e fraude (*chargeback*).

O risco de crédito na Companhia decorre das exposições com outras instituições financeiras, adquirentes ou emissores de cartões, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, aplicações, ativos financeiros e depósitos. Como instituição de pagamento pré-paga, a Companhia não realiza operações de crédito para seus usuários.

Os valores da provisão são calculados conforme metodologia interna da Companhia que tem como premissa a exposição dos valores a receber das adquirentes considerando os ratings de agências classificadores de risco e os mitigadores do arranjo de pagamentos.

No passivo, os valores correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, as adquirentes relativos a operação.

3.7 Outros instrumentos financeiros

Representam principalmente valores a receber de serviços prestados a ligadas com a PicPay e as taxas de intermediação cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais.

3.8 Despesas antecipadas

Estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.9 Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis dos ativos imobilizados estão assim estimadas:

- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Computadores e periféricos - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Benfeitorias – 5 a 12 anos
- Instalações -10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado e as licenças conforme vigência contratual.

3.10 Intangível

Os ativos intangíveis, inclusive os gerados internamente, possuem vida útil definida e são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O prazo para amortização dos ativos é de 5 a 10 anos, sendo amortizados à taxa de 10% a 20% ao ano. E as licenças com prazo de amortização conforme vigência contratual.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se forem confiavelmente mensurados, os benefícios econômicos forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos para finalizar o desenvolvimento para uso ou venda do ativo. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O *software* desenvolvido internamente é registrado na rubrica "*software* desenvolvido internamente".

3.11 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra do negócio.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros deve ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

3.12 Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024.

3.13 Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando os rendimentos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.14 Obrigações por operações vinculadas a cessões

Nessa rubrica são registrados os montantes referentes às obrigações decorrentes de transações cedidas, estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, onde o usuário é o cedente e a PicPay é classificada como intermediadora, representante dos cedentes e devedora dos direitos creditórios levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de pagamento e atua em conformidade com o art. 1º do Decreto 22.626/33 ("Lei da Usura").

3.15 Obrigações por empréstimos e repasses

As operações de empréstimos estão atreladas às necessidades de caixa da empresa para a manutenção ou expansão de suas atividades. Os valores na PicPay representam empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.17 Provisões para contingências

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Passivos contingentes - Os passivos contingentes são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo. Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados nas demonstrações financeiras dada a incerteza da Companhia ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação.

São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pela administração com base na avaliação de perda dos consultores jurídicos.

3.18 Impostos e contribuições

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 no semestre para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros. Os passivos fiscais diferidos compreendem as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos decorrem de prejuízos fiscais verificados na fase anterior à mudança de controle acionário, conforme critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração.

3.19 Provisão para chargeback

A provisão para chargeback é realizada com base nas notificações dos valores a receber junto às adquirentes e que estão em análise, a média histórica de perdas também é considerada para o cálculo desta provisão.

3.20 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.21 Reconhecimento de receita

Receita de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

A receita é reconhecida de acordo com as seguintes etapas: identificação do contrato e da obrigação de desempenho, determinação e alocação do preço da transação e reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é satisfeita.

A receita de contratos com clientes é reconhecida no momento em que o controle dos serviços é transferido para o cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A Companhia geralmente atua como agente na prestação de serviços, pois seu papel é providenciar para que outra entidade forneça os bens ou serviços.

O PicPay oferece benefícios promocionais com diversas características aos usuários com o objetivo de aumentar as transações em sua plataforma. Os seguintes critérios são avaliados para determinar se os benefícios promocionais são considerados um componente da receita ou são apresentados separadamente como despesas de marketing: (i) se os pagamentos são para o cliente em troca de um bem ou serviço distinto; (ii) a existência de uma obrigação de desempenho da Companhia para com o usuário final; (iii) se há expectativa de contratos futuros específicos em decorrência do benefício promocional; (iv) se os benefícios promocionais são, em substância, um pagamento em nome dos parceiros ou outras partes envolvidas no acordo.

Os produtos financeiros e de pagamentos da Companhia se consolidam nos seguintes:

- **Person-to-Person ("P2P")**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas físicas, sem fins comerciais, que possibilita o recebimento instantâneo de pagamento realizado via cartão de crédito ou de saldo de outro usuário cadastrado no aplicativo.

- **Professional ("PRO")**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas físicas (autônomos e microempreendedores individuais ("MEI")), com fins comerciais (venda de produtos/serviços), que possibilita o recebimento instantâneo de pagamentos realizados via cartão de crédito ou de saldo de outros usuários cadastrados no aplicativo.

- **Person-to-Business ("P2B")**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas jurídicas, com fins comerciais. Neste produto são consideradas as seguintes modalidades:
 - **Business ("BIZ")**: Destinado a lojas físicas;
 - **Transferência Eletrônica de Fundos ("TEF")**: Destinado a grandes redes;
 - **E-commerce**: Destinado as lojas de vendas online;
 - **Assinaturas**: Destinado a produtos de vendas recorrentes.
- **Benefícios Corporativos e Folha de Pagamento**: soluções para funcionários e departamentos de RH, como vales para refeições, transportes e outros benefícios, adiantamentos salariais, bem como contas de folhas de pagamento.
- **PicPay Shop**: serviço de *marketplace* não financeiro da PicPay onde vendedores terceiros podem vender produtos e serviços por meio de um modelo afiliado. Os produtos vendidos são recargas de celular, créditos de transportes, créditos em plataformas digitais, games e outros.
- **PicPay Ads**: soluções de anúncios para comerciantes através de exibições dentro do aplicativo e canais de CRM. A PicPay recebe taxas por impressões pagas pelos comerciantes afiliados à sua rede.
- **Pagamento de Contas**: produto destinado a liquidação de contas de convênio ou boleto bancário.
- **Person-to-machine ("P2M")**: produto que usuários pessoas físicas realizam pagamentos a pessoas jurídicas não credenciadas na PicPay através da leitura de QR-Code em maquininha de cartão de crédito de credenciadoras parceiros neste tipo de operação.
- **Empréstimo**: Através do aplicativo os usuários podem obter empréstimos financeiros com pagamento de principal mais juros. Atuando como correspondente bancário, recebemos uma comissão pela indicação destes empréstimos através de nosso aplicativo, em caso de não pagamento pelo usuário não será necessária a devolução desta comissão.

As receitas destes produtos são representadas substancialmente por:

- **Pix**: Sistema de pagamento instantâneo, lançado pelo BACEN em 2020, permitindo aos usuários enviarem e receberem pagamentos transferindo os recursos de forma instantânea a qualquer momento. A receita acontece quando o usuário realiza uma transação de pagamento instantâneo PIX financiada pelo seu cartão de crédito, incluindo a opção de parcelamento, registrado pelo aplicativo Picpay. Além disso, há receita financeira proveniente da flutuação do saldo da cabine PIX (ou seja, receita gerada através de investimentos financeiros utilizando o saldo mantido em garantia).
- **Receitas de prestação de serviços com meios de pagamento**: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos são reconhecidas na data da transação. Os custos de transação relacionados são reconhecidos ao longo do mesmo período em que os serviços (transação) são prestados.

Os produtos que possuem este tipo de remuneração são: *P2P, PRO, P2B (BIZ, TEF, Assinaturas e E-commerce)*, Benefícios Corporativos e Pagamento de Contas.

- **Receitas com intermediação de serviços**: receitas oriundas dos contratos celebrados entre a Companhia e os parceiros e sobre as transações realizadas na *Shop* (parceiros) do aplicativo. Estas receitas são reconhecidas na data da transação e os produtos que possuem este tipo de remuneração são: *Shop* (Recarga de Celular e *Digital Goods*) e *P2M*.

3.22 Resultado não recorrente

Em cumprimento com a Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020, a Companhia estabelece que resultados recorrentes são resultados relacionados ao objeto social, inerentes às atividades usuais da Companhia, e os resultados não recorrentes são aqueles que não tem previsibilidade e não são relacionados às atividades usuais da Companhia. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 28a.

3.23 Transações com partes relacionadas

3.23.1 Relacionamento com o Banco Original

PicPay e o Banco Original firmaram um acordo operacional para licença de uso de API's, acesso a produtos e serviços bancários e prestação de serviços de suporte técnico com o Original Hub, concedendo uma licença para o uso de APIs para oferecer aos seus clientes serviços de pagamento de boletos, impostos e contas de serviços públicos do Banco Original ("API PAG"), bem como registro de contas para débito automático. Uma emenda ao Acordo Operacional foi executada, transferindo o acordo do Original Hub para o Banco Original, sendo contratadas novas APIs, incluindo a habilitação de serviços de saque e processamento de retiradas em dinheiro usando QR Code nos caixas eletrônicos da rede 24Horas.

PicPay e Banco Original celebraram um Contrato de Compartilhamento de Despesas (*Cost Sharing Agreement*) para regulamentar os termos e condições relacionados ao compartilhamento de custos das áreas de backoffice, bem como o reembolso pelo Banco Original de certos custos incorridos na contratação de determinados fornecedores, como os custos incorridos pela área de tecnologia. Este acordo permanecerá válido por um período indefinido.

PicPay celebrou um Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Créditos com o Banco Original para fornecer serviços relacionados à cobrança e recuperação de valores devidos ao Banco Original como resultado de quaisquer dívidas de seus clientes inadimplentes. A duração deste acordo é de vinte e quatro (24) meses. Este acordo pode ser rescindido por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de 30 dias.

3.23.2 Relacionamento com o PicPay Bank

A PicPay assinou um acordo com o PicPay Bank para recebimento de receita por indicação de seus usuários para utilização dos serviços do PicPay Bank.

PicPay e PicPay Bank celebraram um Contrato de Compartilhamento de Despesas (*Cost Sharing Agreement*) para regulamentar os termos e condições que regem o compartilhamento de áreas de suporte entre as entidades. Este acordo permanecerá válido por um período indeterminado. Qualquer uma das partes pode rescindir este acordo por qualquer motivo e sem penalidade a qualquer momento, com aviso prévio por escrito de 30 dias à outra parte.

3.23.3 Relacionamento com o Crednovo

Crednovo e PicPay firmaram contrato para a intermediação dos serviços de P2P Lending (modalidade de empréstimo coletivo). Nesse acordo, a Crednovo é responsável pelo gerenciamento das operações, enquanto ao PicPay é paga uma comissão por empréstimo ativo.

PicPay e a Crednovo celebraram um Contrato de Compartilhamento de Despesas (*Cost Sharing Agreement*) para regulamentar os termos e condições que regem o compartilhamento de áreas de suporte entre as entidades. Este acordo permanecerá válido por um período indeterminado. Qualquer uma das partes pode rescindir este acordo por qualquer motivo e sem penalidade a qualquer momento, com aviso prévio por escrito de 30 dias à outra parte.

3.23.4 Relacionamento com o Guiabolso

Guiabolso e PicPay firmaram contrato para a intermediação dos serviços de benefícios (vale alimentação e refeição disponibilizados aos funcionários) com a Guiabolso realizando o gerenciamento das operações e pagando ao PicPay uma comissão por repasse aos usuários.

PicPay e o Guiabolso celebraram um Contrato de Compartilhamento de Despesas (*Cost Sharing Agreement*) para regulamentar os termos e condições que regem o compartilhamento de áreas de suporte entre as entidades. Este acordo permanecerá válido por um período indeterminado. Qualquer uma das partes pode rescindir este acordo por qualquer motivo e sem penalidade a qualquer momento, com aviso prévio por escrito de 30 dias à outra parte.

3.23.5 Relacionamento com a Picpay Invest

Picpay Invest e PicPay firmaram contrato para intermediação dos serviços de CDBs com vencimento inferior e superior a 30 dias, CDBs prazo fixo e cofrinhos.

PicPay e a PicPay Invest celebraram um Contrato de Compartilhamento de Despesas (*Cost Sharing Agreement*) para regulamentar os termos e condições que regem o compartilhamento de áreas de suporte entre as entidades. Este acordo permanecerá válido por um período indeterminado. Qualquer uma das partes pode rescindir este acordo por qualquer motivo e sem penalidade a qualquer momento, com aviso prévio por escrito de 30 dias à outra parte.

4. Principais estimativas contábeis e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

(iv) Provisão *chargeback*:

Para determinar a necessidade de constituição de provisão para *chargeback*, a Companhia avalia as transações para as quais foram solicitados cancelamentos e estima a provisão com base no histórico de perdas.

(v) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, ou sempre que tiver indicativo de *impairment* em período inferior a um ano, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor presente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	301.313	251.684
Caixas e bancos	300.962	251.351
Reservas Livres - Banco Central	351	333
Conta de pagamento instantâneo	980.859	227.626
Total	1.282.172	479.310

6. Ativos Financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	467.391	140.255
Total	467.391	140.255

b) Títulos e valores mobiliários por categoria

Em 31 de dezembro de 2024 a carteira de títulos e valores mobiliários é composta conforme abaixo:

	Valor de Custo			31/12/2024	
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos disponíveis para venda					
Títulos Públicos (Vinc. a saldos de conta)	39.552	-	39.552	(0)	39.552
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	39.552	-	39.552	(0)	39.552
Títulos Privados	-	358.334	358.334	-	358.334
Cotas Subordinadas FIDC ⁽²⁾	-	358.334	358.334	-	358.334
Total	39.552	358.334	397.886	(0)	397.886

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira de títulos e valores mobiliários é composta conforme abaixo:

	Valor de Custo			31/12/2023	
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos disponíveis para venda					
Títulos Públicos (Vinc. a saldos de conta)	713.481	35.672	749.153	15	749.168
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	713.481	35.672	749.153	15	749.168
Títulos Privados	-	418.417	418.417	-	418.417
Cotas Subordinadas FIDC ⁽²⁾	-	418.417	418.417	-	418.417
Total	713.481	454.089	1.167.570	15	1.167.585

Não houve reclassificações entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

⁽¹⁾ O valor de mercado dos títulos públicos (LFT) foi calculado com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e estão custodiados por bancos de grande porte.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 117.002 (117.002 em 31 de dezembro de 2023) cotas subordinadas.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado em cotas de fundos de investimento	559.422	544.611	1.085.616	1.078.961
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.837	44.622	89.787	88.538
Resultado de operações em compromissadas	112	1.650	112	2.471
Resultado das aplicações compulsórias	11.508	8.160	19.868	13.483
Total	613.879	599.043	1.195.383	1.183.453

7. Relações interfinanceiras

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de adquirentes	104.382	125.442
Valores a receber de emissores de cartões	3.924.284	3.253.869
Conta de pagamento instantâneo	980.859	227.626
Contas a receber operacionais (Nota 18) ⁽¹⁾	561.361	249.650
Provisão para <i>chargeback</i>	(7.356)	(4.453)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(400)	(4)
Total	5.563.130	3.852.130
Vencimento de até 30 dias	4.183.692	2.711.170
De 31 a 60 dias	404.597	348.370
De 61 a 90 dias	277.416	236.734
De 91 a 180 dias	470.393	384.930
De 181 a 365 dias	226.956	170.926
Acima de 365 dias	76	-
Total	5.563.130	3.852.130

⁽¹⁾ Correspondem aos valores a receber relativos às transações realizadas com o PicPay Card que são processadas pelo Banco Original, que exerce o papel de adquirente nesse produto.

8. Outros instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a receber ⁽¹⁾	166.955	265.671
Total	166.955	265.671
Circulante	166.955	198.163
Não circulante	-	67.508

⁽¹⁾ Referem-se principalmente aos valores a receber previstos em contrato de ressarcimento de despesas de marketing relacionadas à marca PicPay de partes relacionadas e valores a receber com o Banco Original e Picpay Netherlands, vide Nota 18.

9. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	119.218	72.187
Adiantamento a fornecedores	-	10.643
Adiantamento despesas com pessoal	2.410	5.322
Depósitos judiciais	663	453
Valores com parceiros pendentes de recebimento	388	15.010
Outros ativos	1	4.274
Total	122.680	107.889
Circulante	121.775	106.984
Não Circulante	905	905

10. Ativos fiscais

a) Ativos fiscais correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	57.612	10.577
Impostos de renda a recuperar ⁽¹⁾	732.840	459.742
Total	790.452	470.319
Circulante	790.452	470.319

⁽¹⁾ Referem-se principalmente aos valores de impostos sobre títulos e valores mobiliários, que podem ser compensados com outros impostos federais.

b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos

	31/12/2023	Reversão	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos - Prejuízo fiscal / Base negativa	47.038	(22.995)	24.043
Imposto de renda	34.587	-	17.679
Contribuição social	12.451	-	6.364

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos créditos tributários respalda-se em projeções elaboradas em 31 de dezembro de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a PicPay teve lucro fiscal de R\$ 259.038 (lucro fiscal de R\$ 23.523 em 31 de dezembro de 2023), diminuindo os prejuízos fiscais acumulados para R\$ 1.806.481 (R\$ 1.884.193 em 31 de dezembro de 2023).

Ano	2024	2025	Total
Realização projetada	-	24.043	24.043

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2024, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 24.043 (R\$ 47.386 em 31 de dezembro de 2023).

Conforme Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização.

c) Crédito tributário não ativado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui créditos tributários de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de provisões contábeis sobre os quais não foram registrados devido ao histórico de prejuízos. Os créditos estão demonstrados conforme quadros:

c.1) Crédito Tributário de prejuízos fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	433.941	436.461
CSLL	156.219	157.127
Total	590.160	593.588

c.2) Crédito Tributário de diferenças temporárias de provisões contábeis

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	111.453	96.324
CSLL	40.123	34.677
Total	151.576	131.000

11. Investimentos em controlada

a) Investimentos em participação em controladas

	31/12/2023	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024		31/12/2024	31/12/2023
	Participação na controlada	Equivalência patrimonial	Aportes de capital / Outros eventos ⁽²⁾	Participação na controlada	Participação na controlada
Guiabolso Finanças Correspondente Bancário e Serviços Ltda. ⁽¹⁾	160.018	50.105	15.676	225.799	160.018
PicPay Invest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	37.820	(64.874)	50.000	22.946	37.820
PicPay Digital Ltda. ⁽³⁾	10	-	(10)	-	10
Total	197.848	(14.769)	65.666	248.745	197.848

b) Informações financeiras resumidas das controladas

	31/12/2024			31/12/2023		
	PicPay Digital	PicPay Invest	Guiabolso	PicPay Digital	PicPay Invest	Guiabolso
Ativo total	-	119.350	206.084	-	76.425	201.752
Passivo total	-	142.768	197.435	-	133.000	85.731
Passivo	-	54.948	21.742	-	38.605	41.733
Patrimônio líquido	-	87.820	175.693	10	94.395	43.998
Capital social a integralizar ⁽³⁾	-	-	-	(10)	-	-
Resultado do período	-	(23.418)	8.649	-	(56.575)	116.020
Participação capital social	100%	100%	100%	100%	100%	100%

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi registrado montante de despesas de pagamento baseado em ações (R\$ 10.660 em 31 de dezembro de 2023).
⁽²⁾ Inclui reconhecimento de aporte de capital no valor de R\$ 50.000 para a PicPay Invest e de R\$ 15.676 para o Guiabolso Correspondente.
⁽³⁾ Em 17.04.2024 a empresa foi encerrada, não possuindo nenhum ativo ou passivo para distribuir ou liquidar. Em 31.12.2023 a empresa possuía saldo de capital social pendente de integralização, conforme ata de constituição.

c) Ágio em investimento em controlada

	31/12/2023	Amortização do Período	31/12/2024
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	27.147	(9.049)	18.098
Diferença de valor de mercado de ativos intangíveis	36.620	(12.207)	24.413
Total	63.767	(21.256)	42.511

O total dos ativos líquidos adquiridos a valor justo foi de R\$ 64.755 tendo reconhecido o valor de R\$ 61.032 a título de ativos intangíveis para o principal software da empresa. O laudo realizado por empresa independente especializada em avaliação de ativos (Purchase Price Allocation) ("PPA") foi finalizado em janeiro de 2022 resultando em um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 45.245, o laudo prevê o período de amortização em 5 anos para ambos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um total de amortização de R\$ 21.256 (R\$ 21.256, em 31 de dezembro de 2023).

12. Imobilizado de uso

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor de Custo	Depreciação acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação acumulada	Saldo Contábil
Computadores e periféricos	38.268	(31.392)	6.876	36.471	(24.421)	12.050
Benfeitorias	23.964	(10.774)	13.190	20.411	(8.409)	12.002
Móveis e utensílios	4.593	(1.840)	2.753	4.105	(1.396)	2.709
Máquinas e equipamentos	54.865	(4.307)	50.558	3.014	(959)	2.055
Instalações	89	(46)	43	89	(37)	52
Total	121.779	(48.359)	73.420	64.090	(35.222)	28.868

As movimentações no período estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	Adições	Depreciação do Período	31/12/2024
Computadores e periféricos	12.050	1.797	(6.971)	6.876
Benfeitorias	12.002	3.553	(2.365)	13.190
Móveis e utensílios	2.709	488	(444)	2.753
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	2.055	51.849	(3.348)	50.558
Instalações	52	-	(8)	43
Total	28.868	57.687	(13.136)	73.420

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação do Período	31/12/2023
Computadores e equipamentos	18.731	456	-	(7.137)	12.050
Benfeitorias	10.923	3.276	-	(2.197)	12.002
Móveis e utensílios	2.779	354	(35)	(389)	2.709
Máquinas e equipamentos	2.060	269	-	(274)	2.055
Instalações	60	-	-	(8)	52
Total	34.553	4.355	(35)	(10.005)	28.868

(1) O aumento nas adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se a aquisições das maquininhas da adquirente Picpay.

13. Intangível

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software desenvolvido internamente (1)	965.797	(311.239)	654.558	666.553	(153.914)	512.639
Licenças de software	128.153	(84.219)	43.934	66.117	(36.699)	29.418
Software ou programas de computador - adquiridos	62.390	(32.325)	30.065	43.203	(19.841)	23.362
Total	1.156.340	(427.783)	728.557	775.873	(210.454)	565.419

	31/12/2023	Adições	Amortização do Período	31/12/2024
Software desenvolvido internamente (1)	512.639	299.244	(157.325)	654.558
Licenças de software	29.418	62.036	(47.520)	43.934
Software ou programas de computador - adquiridos	23.362	19.186	(12.483)	30.065
Total	565.419	380.466	(217.328)	728.557

	31/12/2022	Adições	Reclassificação	Baixas	Amortização do Período	31/12/2023
Software desenvolvido internamente (1)	259.918	343.660	7.119	(1.120)	(96.938)	512.639
Licenças de software	8.098	50.971	(7.119)	-	(22.532)	29.418
Software ou programas de computador - adquiridos	29.218	2.070	-	-	(7.926)	23.362
Total	297.234	396.701	-	(1.120)	(127.396)	565.419

(1) A vida útil do software desenvolvido internamente é definida entre 5 e 10 anos, e a amortização é reconhecida como "outras despesas administrativas".

14. Passivos financeiros

a) Composição dos passivos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de pagamento pré-pagas (1)	983.101	762.651
Relações interfinanceiras	35.150	287.745
Obrigações por operações vinculadas a cessões - partes relacionadas (Nota 18) (2)	2.614.479	2.603.676
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18)	2.915.879	1.535.720
Outros passivos financeiros	232.927	190.490
Total	6.781.536	5.380.282
Circulante	6.781.536	5.380.282

(1) Corresponde aos depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga do PicPay. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

(2) Refere-se às obrigações decorrentes de transações cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados PicPay I ("FIDC").

b) Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro de 2024

	Sem vencimento	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	983.101	-	-	-	-	-	983.101
Relações interfinanceiras	-	35.150	-	-	-	-	35.150
Obrigações por operações vinc. a cessões	838.188	608.686	344.185	539.031	278.915	5.474	2.614.479
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.915.879	-	-	-	-	2.915.879
Outros passivos financeiros	-	232.927	-	-	-	-	232.927
Total	1.821.289	3.792.642	344.185	539.031	278.915	5.474	6.781.537

Em 31 de dezembro de 2023

	Sem vencimento	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	762.651	-	-	-	-	-	762.651
Relações interfinanceiras	-	287.745	-	-	-	-	287.745
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	840.818	569.980	347.851	569.461	275.566	2.603.676
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	1.535.720	-	-	-	-	1.535.720
Outros passivos financeiros	-	185.144	5.133	11	-	202	190.490
Total	762.651	2.849.427	575.113	347.862	569.461	275.768	5.380.282

c) Obrigações por empréstimos e repasses

	Moeda	Juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
				Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Do país – Instituições oficiais							
CCB (Cédula de Crédito Bancário) (1)	R\$	100,00% do CDI	2024	2.626.971	2.915.879	1.526.523	1.535.720
Total				2.626.971	2.915.879	1.526.523	1.535.720

(1) Empréstimos realizados através da emissão de CCB´s sem a inclusão de covenants. O total de juros pagos pela utilização destes créditos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 219.803 (R\$ 133.326 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

d) Outros passivos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Estabelecimentos conveniados a pagar ⁽¹⁾	161.977	90.120
Fornecedores diversos	49.001	64.458
Cartões a distribuir	20.918	30.249
Outros passivos financeiros	1.031	5.663
Total	232.927	190.490

(1) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados para os estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados.

15. Outros passivos

a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para despesas de pessoal	334.177	276.785
Fornecedores diversos	98.066	167.060
Fiscais e previdenciárias	250.835	172.344
Obrigações por transações de pagamento	206.542	83.399
Outros passivos	-	1
Total	889.620	699.589

Circulante	889.620	699.589
Não Circulante	-	-

16. Provisões

	Provisão Cível		Provisão Trabalhista		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	6.631	3.836	1.445	482	8.076	4.318
Constituição	14.221	9.766	6.778	1.506	20.999	11.272
Reversão	(3.078)	(869)	(733)	(543)	(3.811)	(1.412)
Reversão por pagamento	(9.800)	(6.102)	(107)	-	(9.907)	(6.102)
Saldo final	7.974	6.631	7.383	1.445	15.357	8.076

a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 7.974 (R\$ 6.631 em 31 de dezembro de 2023) para processos de natureza cíveis, considerados com risco de perda provável onde os usuários reivindicam uma indenização de danos morais e/ou material. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 132.392 (R\$ 64.822 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 18 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

b) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma provisão trabalhista de R\$ 7.383 (R\$ 1.445 em 31 de dezembro de 2023) para processos de natureza trabalhista, considerados com risco de perda provável onde os reclamantes reivindicam a condenação subsidiária, bem como indenizações trabalhistas. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$36.769 (R\$ 3.782 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 24 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

c) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contingências fiscais classificadas como possível. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 166 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

17. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 3.359.504 (R\$ 3.359.504, em 31 de dezembro de 2023) e é representado por 85.208.660 ações (85.208.660 ações em 31 de dezembro de 2023), das quais 42.604.330 são ordinárias (42.604.330 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023) 42.604.330 ações preferenciais (42.604.330 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023) sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos, todas nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de uma parcela não inferior a 2% de lucro, após deduções legais. Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

a) Movimentação do capital social

	Número de ações		Nº Total de Ações	Valor Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		
Saldo das ações em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	42.604.330	42.604.330	85.208.660	3.359.504

Em 06 de janeiro de 2023 a controladora da Companhia alterou sua razão social de PicPay Holding Ltda para PicS Holding Ltda ("PicS Holding").

Na alteração do contrato social realizada em 24 de janeiro de 2023, a PicPay investiu R\$ 25.000 na PicPay Invest mediante a emissão e subscrição de 25.000.000 ações nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 13 de fevereiro de 2023.

Na alteração do contrato social realizada em 20 de abril de 2023, a PicPay investiu R\$ 12.000 na PicPay Invest através da emissão e subscrição de 12.000.000 ações nominativas e sem valor nominal. Integralizando R\$ 6.000 e o restante do valor com um prazo de até 12 meses após a assinatura do documento. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 16 de maio de 2023.

Em 01 de junho de 2023 o PicPay assumiu o controle da BRC Coin Ltda. Nesta data o Sr. Jose Antonio Batista Costa retira-se da sociedade e transfere sua participação societária. Nesta mesma data, foi deliberada a alteração da razão social da empresa para PicPay Digital Ltda. ("PicPay Digital").

b) Composição do capital social

	Nº de Ações Ordinárias	Ações ordinárias %	Nº de ações preferenciais	Ações preferenciais %	Nº Total de Ações	% Total de Ações	Valor Total
Em 30 de junho de 2024							
PicS Holding	42.604.330	100,00%	42.604.330	100,00%	85.208.660	100,00%	3.359.504
Total	42.604.330	100,00%	42.604.330	100,00%	85.208.660	100,00%	3.359.504

	Nº de Ações Ordinárias	Ações ordinárias %	Nº de ações preferenciais	Ações preferenciais %	Nº Total de Ações	% Total de Ações	Valor Total
Em 31 de dezembro de 2023							
PicS Holding	42.604.330	100,00%	42.604.330	100,00%	85.208.660	100,00%	3.359.504
Total	42.604.330	100,00%	42.604.330	100,00%	85.208.660	100,00%	3.359.504

c) Resultado por ação

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido (R\$ mil)	210.392	6.400	169.970	1.528
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	85.208.660	85.208.660	85.208.660	85.208.660
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	2,47	0,08	1,99	0,02

d) Reserva de capital

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamento baseado em ações ⁽¹⁾	27.000	27.000
Total	27.000	27.000

⁽¹⁾ Referente pagamento do contrato de compra aos executivos da Guiabolso através de dinheiro, o saldo refere-se ao primeiro período de carência, 12 meses, que será totalmente liquidado.

18. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são praticadas em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, as quais são apresentadas de acordo com os custos e preços de prestação de serviços conforme definido nos contratos firmados entre as partes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas por entender que não existe risco de crédito sobre os saldos em aberto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante pago como remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto prazo, foi de R\$18.163 (R\$ 18.457, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

	J&F Participações S.A. ^(c)	Banco Original S.A. ^(c)	FIDC ^(b)	PicPay Bank ^(c)	Crednovio S.A. ^(c)	Outras Partes relacionadas ^(a)	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.689	-	689.623	-	-	728.312
Títulos e valores mobiliários	-	-	358.334	-	-	-	358.334
Contas a receber	-	4.990	-	584.104	-	22.557	611.651
Outros instrumentos financeiros	67.507	-	-	-	-	-	67.507
Total	67.507	43.678	358.334	1.273.728	-	22.557	1.765.804
Passivo							
Recursos de terceiros	-	21	-	-	-	24.446	24.467
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	2.915.879	-	-	2.915.879
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	-	2.614.479	-	-	-	2.614.479
Total	-	21	2.614.479	2.915.879	-	24.446	5.554.825
Em 31 de dezembro de 2024							
Receitas com intermediação de serviços	-	14.674 ⁽¹⁾	-	- ⁽⁶⁾	601 ⁽⁷⁾	-	15.275
Receita de juros de contas a receber	-	-	559.421 ⁽⁵⁾	-	-	-	559.421
Receita de aplicações financeiras	-	- ⁽²⁾	-	42.837 ⁽²⁾	-	-	42.837
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	-	(8.135) ⁽³⁾	-	-	-	-	(8.135)
Outras despesas administrativas	-	(2.134) ⁽⁴⁾	-	531.822 ⁽⁶⁾	-	(964)	528.724
Despesas financeiras	-	-	-	(132.770) ⁽⁶⁾	-	-	(132.770)
Despesas com pessoal	-	-	-	-	-	(15.951)	(15.951)
Total	-	4.404	559.421	441.890	601	(16.915)	989.401

	Guiabolso ^(b)	PicPay Invest ^(b)	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Ativo			
Contas a receber	169	64	234
Recursos de terceiros	290.620	64.402	355.022
Total	290.789	64.466	355.255
Passivo			
Recursos de terceiros	-	5.834	5.834
Total	-	5.834	5.834
Resultado em 31 de dezembro de 2024			
Receitas com intermediação de serviços	88 ⁽⁸⁾	-	88
Outras despesas administrativas	(20.065) ⁽⁶⁾	(135)	(20.200)
Total	(19.977)	(135)	(20.112)

	J&F Participações S.A. ^(c)	Banco Original S.A. ^(c)	FIDC ^(b)	PicPay Bank ^(c)	Crednovio S.A ^(c)	Outras Partes relacionadas ^(a)	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	-	198.968	-	162.717	-	-	361.685
Títulos e valores mobiliários	-	-	418.417	728.532	-	-	1.146.949
Contas a receber	-	277.033	-	4.052	31	1.201	282.317
Outros instrumentos financeiros	67.507	-	-	-	-	1.088	68.595
Total	67.507	476.001	418.417	895.301	31	2.289	1.859.546
Passivo							
Recursos de terceiros	-	50	-	-	-	109.492	109.542
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	1.535.720	-	-	1.535.720
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	-	2.603.676	-	-	-	2.603.676
Outras obrigações	-	270.427	-	22.905	-	9	293.341
Total	-	270.477	2.603.676	1.558.625	-	109.501	4.542.279
Resultado em 31 de dezembro de 2023							
Receitas com intermediação de serviços	-	168.496 ⁽¹⁾	-	25.668 ⁽⁶⁾	179 ⁽⁷⁾	-	194.343
Receita de juros de contas a receber	-	-	1.078.961 ⁽⁵⁾	-	-	-	1.078.961
Receita de aplicações financeiras	-	35.032 ⁽²⁾	-	4.503 ⁽²⁾	-	-	39.535
Despesas com serviços de transações de pagamentos	-	(20.093) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(20.093)
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	-	(17.464) ⁽³⁾	-	-	-	-	(17.464)
Outras despesas administrativas	-	55.538 ⁽⁴⁾	-	21.297 ⁽⁶⁾	-	-	76.835
Despesas financeiras	-	-	-	(137.878) ⁽⁶⁾	-	-	(137.878)
Despesas com pessoal	-	-	-	-	-	(17.737)	(17.737)
Total	-	221.509	1.078.961	(86.410)	179	(17.737)	1.196.502

	Guiabolso (b)	PicPay Invest (b)	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Ativo			
Contas a receber	106	45	151
Total	106	45	151
Passivo			
Total	-	-	-
Resultado em 31 de dezembro de 2023			
Receitas com intermediação de serviços	1.488 ⁽⁸⁾	-	1.488
Outras despesas administrativas	(498) ⁽⁸⁾	-	(498)
Total	990	-	990

Ativo e passivo com partes relacionadas

Disponibilidades: O valor refere-se ao saldo em conta corrente no Banco Original e PicPay Bank.

Relações interfinanceiras - ativo: referem-se basicamente aos valores a receber pelas operações financeiras processadas pelo Banco Original na função de adquirente referente ao produto Cartão PicPay e valores a receber dos emissores de cartão.

Outros instrumentos financeiros: referem-se a valores a receber previstos em contrato de ressarcimento de despesas de marketing relacionadas à marca PicPay.

Relações interfinanceiras - passivo: o valor a pagar ao Banco Original está relacionado ao custo de emissão, processamento e liquidação de boleto, ao custo de produção do Cartão PicPay, ao custo de saque e ao repasse referente às transações com maquininhas (P2M).

Depósitos: referem-se ao saldo em contas pré-pagas de partes relacionadas.

Obrigações por operações vinculadas a cessões: a Companhia transfere os direitos de crédito gerados a partir das transações de parcelamento de seus usuários para o FIDC sob um acordo de repasse com retenção substancial de riscos e benefícios.

Resultado com partes relacionadas

^(a) Em "Despesas com pessoal" inclui diretores, conselheiros e membros próximos da família do pessoal-chave. Na linha de "Recursos de terceiros" inclui demais acionistas e membros próximos da família e em "Outros instrumentos financeiros" foram considerados saldos com as empresas PicS Holding, Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A, Banco Original, PicPay Bank, PicPay Invest, BX Blue, entre outras.

^(b) Entidades controladas pela companhia

^(c) Entidades sobre controle comum

⁽¹⁾ Receitas relacionadas aos contratos com o Banco Original:

No Contrato de Uso de API de Pagamento, o Banco Original paga o PicPay pelo uso do API PAG para liquidação de boletos. As receitas que a PicPay gerou em decorrência desse acordo com o Banco Original foram reconhecidas no resultado como "receitas com intermediação de serviços" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram registrados receitas (R\$ 13.616 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.1.

No contrato de emissão de cartão de pagamento, o Banco Original paga uma porcentagem da taxa de intercâmbio do cartão de crédito e débito à PicPay. As receitas que a PicPay gerou em decorrência dos acordos com o Banco Original referentes ao Cartão PicPay foram reconhecidas no resultado como "receitas com intermediação de serviços" R\$ 14.764 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.880 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.1.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 dedezembro de 2024, o resultado com operações de títulos e valores mobiliários com o Banco Original foi de R\$ 0 (R\$ 35.032 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e com PicPay Bank foi de R\$ 42.837 (R\$ 4.503 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

⁽³⁾ Despesas relacionadas com os acordos com o Banco Original reconhecidas como "despesas com serviços de transações de pagamentos":

As despesas incorridas sobre o Contrato de Prestação de Serviços Saque QR-Code em decorrência desse acordo com o Banco Original foram no montante de R\$ 8.135 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.279 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.1.

Despesas com o Banco Original relacionadas ao custo de produção do PicPay Card reconhecidas no montante de R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 185 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.1.

⁽⁴⁾ Despesas relacionadas aos acordos com o Banco Original reconhecidas como "Despesas com serviços de transações de pagamentos" no montante de R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 20.093 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

O total pago ao Banco Original referente ao contrato das linhas de crédito rotativo foi de R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 35 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.1.

⁽⁵⁾ A Companhia transfere os direitos de crédito gerados a partir das transações de parcelamento de seus usuários para o FIDC sob um acordo de repasse com retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor recebido das cessões totalizou R\$ 8.656.847 (R\$8.253.785 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). O Resultado das quotas de investimentos do FIDC totalizou R\$ 559.421 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.078.961 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

⁽⁶⁾ O PicPay Bank concede à PicPay empréstimos bancários na modalidade de cédula de crédito bancário (CCB). O total pago ao PicPay Bank foi de R\$ 132.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 137.078 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As receitas incorridas pelo indicação de clientes feita ao PicPay Bank foram de R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.668 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As despesas incorridas relativo ao acordo entre as empresas para o compartilhamento de custos de funcionários pagos pelo PicPay Bank no total de R\$ 531.822 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 21.297 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As despesas incorridas relativo ao acordo entre a PicPay e o Guiabolso para o compartilhamento de custos de funcionários pagos pela Crednovio no total de R\$ 20.065 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

⁽⁷⁾ As receitas que a PicPay registrou em decorrência do contrato de intermediação de serviços P2P Lending foi de R\$ 601 no semestre findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.3.

⁽⁸⁾ As receitas registradas em decorrência do contrato de intermediação dos serviços de benefícios foi de R\$ 88 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.488 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e despesas de R\$ 0 (R\$ 498 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) devido aos repasses destas receitas com o Guiabolso. Para maiores detalhes, vide Nota 3.23.4.

19. Receita de prestação de serviços

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos ⁽¹⁾	625.505	536.837	1.104.374	988.570
Receitas com intermediação de serviços ⁽²⁾	48.898	56.251	84.346	86.610
Total das receitas de prestação de serviços	674.403	593.088	1.188.720	1.075.180

⁽¹⁾ Correspondem às receitas relacionadas às transações de pagamentos cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma do PicPay (P2P, PRO P2B, Marketplace, Shop e pagamento de boletos) e tarifas.

⁽²⁾ Refere-se principalmente à receita pelo serviço de intermediação no qual a PicPay atua como correspondente bancário na originação de operações com o Banco Original, PicPay Bank e FIDC e receita de comissão de serviços para produtos como recarga de celular, transporte público, etc.

20. Despesas com pessoal

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(175.917)	(194.343)	(356.335)	(341.248)
Encargos sociais	(101.691)	(105.572)	(205.775)	(201.382)
Benefícios a funcionários	(38.414)	(34.890)	(80.642)	(75.511)
Comissões e premiações	(18.176)	(7.357)	(31.891)	(22.545)
Total	(334.198)	(342.162)	(674.643)	(640.686)

21. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com processamento de dados	(244.615)	(189.133)	(506.587)	(396.242)
Despesa com serviços técnicos especializados	(62.162)	(55.206)	(127.943)	(94.885)
Despesa com propaganda e publicidade	(181.330)	(162.984)	(313.649)	(271.218)
Despesa de relacionamento com clientes	(33.446)	(36.230)	(64.899)	(67.051)
Despesa com depreciação e amortização	(157.022)	(109.172)	(270.790)	(158.271)
Despesa com comunicação	(3.155)	(1.929)	(6.784)	(4.177)
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	(67.338)	(30.667)	(101.064)	(36.148)
Total	(749.068)	(585.321)	(1.391.716)	(1.027.992)

⁽¹⁾ Correspondem principalmente às despesas de funcionamento, prediais e bens de pequeno valor.

22. Despesas tributárias

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de contribuição ao COFINS	(79.149)	(41.567)	(141.524)	(101.790)
Despesa de ISS	(17.708)	(17.568)	(30.952)	(30.920)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(15.839)	(7.713)	(28.110)	(19.509)
Outras despesas tributárias ⁽¹⁾	(1.618)	(1.682)	(6.758)	(2.332)
Total	(114.314)	(68.530)	(207.344)	(154.551)

⁽¹⁾ Correspondem basicamente à despesa com IOF, IPTU e demais impostos, contribuições e taxas.

23. Despesa pelo recebimento antecipado de valores

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa pelo recebimento antecipado de valores ⁽¹⁾	-	(1.561)	-	(20.093)
Total	-	(1.561)	-	(20.093)

⁽¹⁾ Correspondem às despesas pelo recebimento antecipado da agenda de valores a receber das adquirentes relativas às transações de cartões de crédito.

24. Despesa com serviços associados a transações de pagamento

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com <i>chargeback</i> ⁽¹⁾	(51.128)	(23.552)	(88.270)	(43.027)
Despesas com serviços de transações de pagamentos ⁽²⁾	(95.927)	(85.781)	(184.126)	(154.552)
Total	(147.055)	(109.333)	(272.396)	(197.579)

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$67,441 (R\$ 40,550 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a perdas relacionadas a fraudes externas.

⁽²⁾ Correspondem principalmente às despesas de processamento de saques, cartão de crédito e depósitos via boleto.

25. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Perdas operacionais	(10.443)	17.475	(17.950)	13.117
Provisões para contingências	(11.541)	(5.670)	(17.592)	(17.486)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(13.072)	(3.469)	(17.523)	(7.052)
Total	(35.056)	8.336	(53.065)	(11.421)

⁽¹⁾ Correspondem substancialmente ao efeito no resultado de variação cambial passiva juros de mora, receita com atualização monetária, compartilhamento de custos, descontos recebidos e recuperações de despesas.

26. Outras receitas e despesas

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Perda na baixa de imobilizado	(61)	(2.592)	(61)	(2.592)
Outras despesas ⁽¹⁾	(7.603)	(5.803)	(13.326)	(10.519)
Ressarcimento de custos	526.565	47.607	737.747	53.007
Outras receitas ⁽²⁾	80.227	7.722	148.698	11.722
Total	599.128	46.934	873.058	51.618

⁽¹⁾ Correspondem principalmente a despesas de atualização monetária e outras despesas indedutíveis.

⁽²⁾ Valores principalmente relacionados a receita com atualização monetária, descontos recebidos, benefício da Lei do Bem e Registro de rendas decorrentes da remuneração de saldo em CCME (Conta Correspondente a Moeda Eletrônica).

27. Gestão de riscos

27.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura específica para gestão de riscos, incluindo políticas e procedimentos, abrangendo a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez (incluindo fluxo de caixa e das aplicações dos recursos mantidos em contas de pagamento) incorridos pela instituição.

Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias da instituição, entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro.

O risco de crédito na Companhia decorre das exposições com outras instituições financeiras ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos e empréstimos para seus clientes.

A Companhia, como instituição de pagamento pré-paga, não realiza operações de crédito para seus usuários.

• Caixa e equivalentes de caixa:

O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada a alocação em instituições com avaliação "AAA" pelas agências de rating (Moody's, S&P ou Fitch). Com base na avaliação de risco da PicPay, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

• Investimentos financeiros:

Se referem principalmente a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa perda de crédito reconhecida para esses ativos.

• Valores a receber de adquirentes e emissores de cartão:

A Companhia reconhece os valores a receber das adquirentes pela sua atividade como sub-adquirente e também quando os usuários utilizam o aplicativo para quitar boletos ou realizam outras transações com cartão de crédito cadastrado no aplicativo. Esses recebíveis têm vencimento em até doze parcelas mensais. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de inadimplência por parte das adquirentes.

Para a operacionalização, a PicPay utiliza adquirentes nacionais buscando evitar concentração em uma única adquirente e aumentar a eficiência financeira, todos os recebíveis são cedidos para o FIDC (com coobrigação) ou para o Banco Original e PicPay Bank (sem coobrigação), antecipando os valores para prazos mais curtos. As transações de cartão de crédito são processadas pelas seguintes adquirentes: Cielo, Getnet e Stone.

A PicPay utiliza apenas adquirentes autorizadas a funcionar pelo Banco Central, sendo supervisionadas e monitoradas quanto ao nível de patrimônio mínimo para a operação, e que possuam rating nacional "AAA" pelas agências de rating (S&P ou Fitch). Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber dos estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento. Vale ressaltar que até o momento a PicPay não sofreu perdas com recebíveis das adquirentes.

A Administração da PicPay não espera perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude.

O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros. Além disso, as adquirentes e emissores têm outros fatores de mitigação como:

• Os valores vencidos em até 27 dias da data da operação original, inclusive os que vencem na primeira parcela do parcelamento a receber, são garantidos pelo acordo de pagamento, caso os devedores legais não efetuem o pagamento.

• Processos de mitigação de falhas operacionais, como prevenção de fraudes, limitações de antecipação de agenda, entre outros.

Os emissores de cartões de crédito são supervisionados pelo Banco Central do Brasil.

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão efetuam o pagamento à PicPay dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, por sua vez a PicPay possui a obrigação de efetuar o pagamento dos valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem descumprir com suas obrigações financeiras junto a PicPay devido à falha operacional, inadimplência do portador de cartão, falta de liquidez, ou outras razões, o que não desobriga a PicPay em realizar os pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a PicPay está exposta, depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a receber das adquirentes é de R\$ 104.382 (R\$ 125.442, em 31 de dezembro de 2023), e dos emissores de cartão é R\$ 4.440.287 (R\$ 3.499.065 em 31 de dezembro de 2023) e com base nas probabilidades de inadimplência atribuídas pelas agências de classificação e os processos de mitigação de risco apresentados acima, foi registrada a provisão para perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 400 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4, em 31 de dezembro de 2023).

• Outros ativos financeiros:

Referem-se principalmente as transações envolvendo partes relacionadas que se baseiam em condições negociadas entre a Companhia e as empresas ligadas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não registrou nenhuma perda por redução ao valor recuperável nas contas a receber relacionadas aos valores devidos com partes relacionadas por entender que não há risco de crédito sobre os saldos em aberto.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos financeiros ou investimentos aumentar ou diminuir como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado.

a) Risco de taxa de juros

A PicPay possui títulos públicos e compromissadas em cumprimento a Resolução BCB nº 80, art.22, que exige que as instituições de pagamento mantenham o valor total do saldo de seus usuários em títulos Federais com prazo máximo de 540 dias, compromissadas emitidas pelo Governo e / ou saldo em conta específica no Banco Central do Brasil. Os investimentos em títulos do Governo são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Desta forma, a Companhia está exposta principalmente às flutuações da SELIC (taxa básica de juros no Brasil).

A tabela abaixo apresenta a composição da carteira alocada para atender aos requisitos da Resolução BCB nº 80.

Tipo	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Índice	Vencimento	Valor	Índice	Vencimento	Valor
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			-	SELIC	01/09/2024	35.677
LFT - vinculadas a saldos em conta pre-paga		01/07/2027	-	SELIC	01/03/2025	713.491
CCME - PicPay 380 - SPB			467.391			-
			613.030			-
Total			1.080.420			749.168

Adicionalmente foi realizada uma análise de sensibilidade referente a exposição à taxa de juros aos quais os ativos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Como premissa, foram adotados impactos de 10% para cima ou para baixo, tanto na taxa SELIC quanto na taxa de CDI. Como resultado, a receita financeira com relação aos investimentos de curto prazo e dos títulos públicos seriam impactadas da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2024

Tipo	Risco de Taxa	Choque da taxa básica de juros		
		Valor total da carteira	+10%	-10%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	SELIC	39.552	485	(485)
Depósitos ⁽¹⁾	CDI	983.101	12.043	(12.043)

Em 31 de dezembro de 2023

Tipo	Risco de Taxa	Choque da taxa básica de juros		
		Valor total da carteira	+10%	-10%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	SELIC	749.168	74.917	(74.917)
Depósitos ⁽¹⁾	CDI	762.651	76.265	(76.265)

⁽¹⁾ Como estratégia de negócios com o objetivo de atrair e manter sua base de usuários, a PicPay utiliza a "taxa CDI" (taxa de depósito interbancário brasileira) para remunerar diariamente o saldo da carteira dos usuários PicPay. Considerando que, não há prazo determinado, a PicPay pode deixar de remunerar os saldos de seus usuários, a qualquer momento, desde que não haja exigência legal. Essa falta de obrigação atua como um mitigador de risco em caso de movimentos de altas taxas de juros, permitindo que a PicPay interrompa quando quiser.

b) Risco Cambial

A PicPay possui compromisso de pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. Esses compromissos se referem a prestação de serviços, licenças de *software*, entre outros. A Companhia realiza o acompanhamento desses pagamentos e a exposição à moeda estrangeira.

A tabela a seguir mostra a sensibilidade a um choque na cotação do dólar norte-americano, com todas as demais variáveis mantidas constantes.

Tipo	Risco de Taxa	Em 31 de dezembro de 2024		
		Valor total	+ 10%	- 10%
Outras Obrigações	Dólar	2.889	289	(289)

Tipo	Risco de Taxa	Em 31 de dezembro de 2023		
		Valor total	+ 10%	- 10%
Outras Obrigações	Dólar	47	5	(5)

Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez da PicPay incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas baseadas no orçamento.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos para o caixa projetado, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- Liquidez do saldo de moedas eletrônicas emitidas: Monitoramento diário do saldo em títulos públicos para a cobertura do saldo total da carteira de usuários.

O fluxo de caixa projetado da Companhia é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria e pela área de Riscos com o objetivo de garantir que a Companhia tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais.

Adicionalmente a companhia possui políticas que estabelecem as diretrizes para o monitoramento do risco de liquidez, além de possuir um plano de contingência de liquidez com os procedimentos a serem adotados nos casos de crise de liquidez, inclusive com alternativas para a captação de recursos. As políticas e procedimentos desenvolvidos estão de acordo com os requerimentos da Circular BC nº 3.681/2013.

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.

Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco.

A PicPay não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A tabela a seguir demonstra o vencimento contratual de ativos e passivos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2024

Ativos Financeiros	Com prazo até 30 dias		de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	30.755	-	-	367.130	397.886
Aplicações interfinanceiras de liquidez	467.391	-	-	-	-	-	-	467.391
Relações interfinanceiras	4.183.692	404.597	277.416	470.393	226.956	76	-	5.563.130
Outros ativos financeiros	156.919	635	-	8.842	559	-	-	166.955
Total	4.808.002	405.232	308.171	479.235	227.515	367.206	6.595.362	

Passivos Financeiros	Sem vencimento	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	983.101	-	-	-	-	-	983.101
Relações interfinanceiras	-	35.150	-	-	-	-	35.150
Obrigações por operações vinculadas a cessões	838.188	608.686	344.185	539.031	278.915	5.474	2.614.479
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.915.879	-	-	-	-	2.915.879
Outros passivos financeiros	-	232.927	-	-	-	-	232.927
Total	1.821.289	3.792.642	344.185	539.031	278.915	5.474	6.781.536

Em 31 de dezembro de 2023

Ativos Financeiros	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	713.491	454.094	1.167.585
Aplicações interfinanceiras de liquidez	140.255	-	-	-	-	-	140.255
Relações interfinanceiras	2.711.170	348.370	236.734	384.930	170.926	-	3.852.130
Outros ativos financeiros	194.759	419	253	2.732	-	67.508	265.671
Total	3.046.184	348.789	236.987	387.662	884.417	521.602	5.425.641

Passivos Financeiros	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	762.651	-	-	-	-	-	762.651
Relações interfinanceiras	-	287.745	-	-	-	-	287.745
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	840.818	569.980	347.851	569.461	275.566	2.603.676
Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.535.720	-	-	-	-	1.535.720
Outros passivos financeiros	-	185.144	5.133	11	-	202	190.490
Total	762.651	2.849.427	575.113	347.862	569.461	275.768	5.380.282

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os títulos do Governo relacionados, adquiridos em cumprimento à Resolução BCB nº 80 e reconhecidos como "títulos e valores mobiliários", podem ter um prazo de vencimento máximo de 540 dias, mas historicamente apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

Risco operacional

Segundo a Resolução BCB nº 25, incluem-se nos eventos de risco operacional: falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento; falhas na identificação e autenticação do usuário final; falhas na autorização das transações de pagamento; fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades envolvidas em arranjos de pagamento; e falhas na iniciação de transação de pagamento.

A Companhia possui áreas dedicadas à mitigação de perdas operacionais, entre elas:

- Risco Operacional: identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.
- Prevenção a Fraudes: desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.
- Segurança da Informação: criação de controles e processos, visando a melhoria contínua da proteção das informações, da aplicação, da rede interna, da estrutura em cloud e disseminar a cultura de segurança da informação.

O risco operacional mais relevante para a Companhia é o risco de fraude externa, que se trata de atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito da PicPay. A fraude de cartão de crédito inclui o uso não autorizado de cartões perdidos, roubados, fraudulentos, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário da PicPay. Dentro desse cenário, a Companhia está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / *chargeback*).

Risco de fraude

A Companhia está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito da PicPay. A fraude de cartão de crédito inclui o uso não autorizado de cartões perdidos, roubados, fraudulentos, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário da PicPay. Dentro desse cenário, a Companhia está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / *chargeback*).

O processo de *chargeback* começa quando um usuário faz uma transação via cartão de crédito no aplicativo PicPay e, por motivos não relacionados ao PicPay, decide contestar a transação junto ao emissor do cartão, que a encaminha ao adquirente que realiza o cancelamento da transação, reduzindo o valor de contas a pagar que possui em aberto com a PicPay.

A Companhia possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

27.2 Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado prudencial.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência Nível I	1.098.552	2.194.338
Patrimônio de referência Nível II	-	940.625
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.098.552	3.134.963
RWA - Ativos ponderados pelo risco	11.342.536	26.746.025
RWA _{CPAD} (parcela de risco de crédito)	7.183.591	19.641.630
RWA _{MPAD} (parcelas de risco de mercado)	28.941	191.444
RWA _{OPAD} (parcela de risco operacional)	2.242.859	6.212.462
RWA _{SP} (parcelas de serviços de pagamento)	1.887.144	700.488
Índice de Basileia	9,69%	11,72%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conglomerado passou a estar sujeito aos níveis de capital mais conservadores, equivalentes aos dos grandes bancos na classificação do BACEN. A mudança resultou no Conglomerado não atendendo aos requisitos de capital necessários. Em resposta, o Conglomerado apresentou um plano ao BACEN para voltar a cumprir os requisitos. O plano foi formulado com a contribuição de especialistas financeiros e recebeu aprovação formal do Conselho de Administração da seguinte forma:

- Realização de um aumento de capital de R\$ 230.000, sendo R\$ 100.000 em 28 de junho de 2024 e R\$ 130.000 adicionais em 19 de setembro de 2024.
- Estabelecimento de arranjos de contingência, nos quais os controladores do Grupo estão preparados para fornecer contribuições adicionais de capital, se necessário, para garantir o cumprimento contínuo dos requisitos regulamentares de capital do BACEN.

Esse novo nível de capital exigido não afetou as operações do Conglomerado. No estágio atual da Companhia, o crescimento de seus ativos tem sido monitorado de perto pela alta administração e conta com o apoio de seus acionistas para adequação de capital, se necessário, considerando o nível de alavancagem estabelecido dentro dos padrões mais conservadores do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de capital é de 9,69% (11,72% em 31 de dezembro de 2023), o que está 1,69% acima do requisito regulamentar mínimo de 8% (3,72% acima do requisito mínimo regulamentar em 31 de dezembro de 2023) e cumpre 67,6% do requerimento de adicional de capital principal de conservação de 2,5%.

A empresa monitora e prevê suas necessidades de capital para manter a conformidade com os requisitos regulamentares e as metas internas de capital, mantendo comunicação constante com sua controladora para garantir o cumprimento oportuno das necessidades de capital. Como parte desse processo, para restabelecer o cumprimento de 100% do colchão de conservação de capital, a controladora realizou um aumento de capital de R\$ 371.750. Essa transação corporativa ocorreu em duas etapas: a primeira em 25 de fevereiro de 2025, quando o Conglomerado recebeu um aporte de capital no valor de R\$ 321.750 e a segunda em 26 de março de 2025, recebendo um aporte de capital no valor de R\$ 50.000.

É importante destacar que uma das principais responsabilidades da área de gestão de capital regulatório é assegurar a gestão contínua da suficiência de capital. Isso envolve projetar, de maneira oportuna e prospectiva, as necessidades de contribuição de capital para os meses seguintes, garantindo assim a conformidade com o arcabouço regulatório nos períodos futuros.

A controladora do Conglomerado Prudencial possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

26.3 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos ativos financeiros da Companhia registrados no balanço patrimonial, se aproximam ao valor de curva, por serem representados principalmente por itens de curto prazo e por estarem indexados às taxas de mercado.

Os ativos realizados pela PicPay são operados com as seguintes motivações:

- Recebíveis gerados por suas atividades como instituição de arranjo de pagamento;
- Gestão de liquidez de caixa disponível; e
- Obrigações regulatórias quanto aos valores de moedas eletrônicas emitidas conforme requerido na Circular nº 3.681.

Estimativa do Valor Justo

A tabela a seguir apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da PicPay:

Ativos Financeiros	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	467.391	467.391	nível I	140.255	140.255	nível I
Títulos públicos (Resolução BCB Nº 80) ⁽¹⁾	39.552	39.552	nível I	749.168	749.168	nível I
Relações interfinanceiras ⁽²⁾	5.563.130	5.563.130	nível I	3.852.130	3.852.130	nível I
Títulos privados ⁽³⁾	358.334	358.334	nível I	418.417	418.417	nível I
Outros instrumentos financeiros ⁽⁵⁾	166.955	166.955	nível I	265.671	265.671	nível I
Total	6.595.362	6.595.362		5.425.641	5.425.641	

Passivos Financeiros	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia
Contas de pagamento pré-pagas ⁽⁴⁾	983.101	983.101	nível I	762.651	762.651	nível I
Relações interfinanceiras ⁽⁵⁾	35.150	35.150	nível I	287.745	287.745	nível I
Obrigações por operações vinculadas a cessões ⁽⁶⁾	2.614.479	2.614.479	nível I	2.603.676	2.603.676	nível I
Obrigações por empréstimos e repasses ⁽⁵⁾	2.915.879	2.915.879	nível I	1.535.720	1.535.720	nível I
Outros passivos financeiros ⁽⁵⁾	232.927	232.927	nível I	190.490	190.490	nível I
Total	6.781.536	6.781.536		5.380.282	5.380.282	

⁽¹⁾ Devido à alta liquidez, o valor contábil das aplicações financeiras em títulos públicos são próximas ao valor justo.

⁽²⁾ As operações de cartão de crédito a prazo são cedidas para o FIDC que realiza o pagamento ao PicPay descontando a receita da operação. Assim o PicPay recebe o valor das operações com as adquirentes dentro da agenda estipulada e realiza o repasse ao FIDC. Assim não havendo diferença entre o valor contábil e o valor justo.

⁽³⁾ Outros investimentos são investimentos de renda fixa, com liquidez diária onde o valor contábil é considerado o mesmo do valor justo.

⁽⁴⁾ O saldo disponível em carteira (usuários) têm liquidez imediata e os juros são acumulados diariamente, de modo que o valor contábil seja próximo do valor justo.

⁽⁵⁾ As operações são realizadas conforme contrato, são liquidadas financeiramente dentro dos prazos acordados, não sofrendo impactos de taxas ou indexadores ou diferenças entre o valor contábil e o valor justo.

⁽⁶⁾ Os valores são cedidos para o FIDC para a liquidação da cessão conforme agenda. Os valores são cedidos no mesmo dia em que as adquirentes fazem o pagamento a PicPay. Os valores que são cedidos têm prazo máximo de 12 meses e o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não houve alterações entre as mensurações de valor justo de Nível I, Nível II ou Nível III.

Compensação de instrumentos financeiros

Os saldos de ativos e passivos financeiros podem ser compensados (valor líquido) caso exista um documento legalmente executável no qual as partes aceitem a compensar os valores reconhecidos e pretendem liquidar em uma base líquida, ou a realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a PicPay não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento pelo valor líquido.

28. Outras informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Não houve resultado não recorrente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Diretoria
Rodney Fabiano Fernandes
Contador
CRC: 1SP270936/O-7